



***Relatório Circunstanciado de Falência
(Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei
11.101/2005)***

***CDS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
CONFECÇÕES LTDA – ME***

Setembro de 2018

Processo: **0001307-25.1997.8.16.0017**





SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA 3

1. SÍNTESE PROCESSUAL..... 4

2. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA 7

3. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA) 7

4. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA 8

5. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECAÇÃO..... 9

5.1 DOS ATOS JURÍDICOS SUSCETÍVEIS DE REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO 12

6. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO..... 14

7. DO VALOR DO PASSIVO (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES) 15

8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO 16

9. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS SÓCIOS 16

10. CONCLUSÃO - EXISTÊNCIA DE BENS DA MASSA FALIDA – LEILÃO CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO POR DECISÃO DO JUÍZO 19

11. DA FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL 19

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PUXNG LU436 TA2RF UHJQD

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Processo: 0010738-87.2014.8.16.0017

Falida: CDS Indústria e Comercio de Confecções Ltda – ME

Requerente: Nicoletti Indústria Têxtil S/A

Administrador Judicial: MARCIO ROBERTO MARQUES

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência, faz parte do rol de deveres do administrador judicial, em consonância ao art. 22, inc. III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005. O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (setembro de 2018).

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações financeiras contidas nos Autos, prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual, tendo em vista que a falida nunca se manifestou nos Autos. Baseiam-se ainda nas diligências realizadas por este administrador judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto as informações contidas neste relatório.



1. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **NIOLETTI INDÚSTRIA TÊXIL S/A** em face de **CDS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, diante do inadimplemento de 09 (nove) notas promissórias, totalizando à época, o montante de R\$ 12.526,29 (doze mil quinhentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos), tendo sido a ação distribuída em 11/08/1997 (mov. 1.1). A empresa falida detinha como sócios a **Sra. CLAUDETE DIAS DA SILVA** (CPF nº 327.281.749-20) e o **Sr. HIRAN HENRIQUE TSUSTUI** (CPF nº 004.957.099-48), conforme contrato social juntado aos autos ao mov. 1.41.

A requerida foi devidamente citada em **22/09/1997**, por meio de sua representante legal, Sra. CLAUDETE DIAS DA SILVA (seq. 1.8), para que, querendo, apresentasse defesa ou realizasse depósito elisivo, no entanto, deixou transcorrer o prazo legal (seq. 1.12) não elidindo a falência e nem mesmo contestando o presente feito.

Foi designada para o dia 17/12/1997 às 15:30 horas, audiência de conciliação e saneamento, sendo a falida intimada por meio de seu representante legal que, no entanto, não compareceu a referida audiência, conforme mov. 1.12.

Sendo assim, ao mov. 1.15, o representante do Ministério Público manifestou concordância ao pedido de falência formulado à exordial e, em **25/11/1998 foi prolatada sentença (1.16), decretando a falência da Requerida.**

Na sentença de decretação da falência, foram determinadas, dentre outras, as seguintes diligências:

a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA: A sentença em comento, fixou o termo legal da falência como sendo 60º dia antecedente ao primeiro protesto, que se deu em **15/10/1996 (mov. 1.4, fls. 39-41);**

b) NOMEAÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA: O r. Magistrado nomeou como síndico da massa falida, a empresa Requerente Nicoletti Indústria Têxtil S/A que, no entanto, declinou ao cargo, por ter como sede a cidade de Americana, estado de São Paulo, o que impossibilita a realização dos preceitos do cargo. Posteriormente, o credor Vital Prediali, requereu a habilitação de seu crédito junto a falência com o apensamento dos autos de Execução de Título Extrajudicial e, ainda, Embargos de Terceiro, autuados, respectivamente sob os números 551/97 e 776/97, autos nos quais se encontra consubstanciado seu crédito. Frente a nova habilitação de crédito, o r. Magistrado, por oportuno, nomeou como novo síndico da massa falida o referido credor, Sr. Vital Prediali, ao mov. 1.33.



c) HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS: Concedeu o prazo de 20 (vinte) dias para que os credores apresentassem suas habilitações de créditos. Ao longo dos autos, pode-se identificar a habilitação de créditos dos seguintes credores: Nicoletti Ind. Têxtil S.A. (mov. 1.1); Vital Pedriali (mov. 1.30); Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (mov. 1.114); Fazenda Pública do Estado do Paraná (mov. 1.62); e Caixa Econômica Federal (mov. 29.1).

d) PROVIDÊNCIAS PELA ESCRIVANIA: Ademais, o r. Magistrado ainda determinou na referida sentença que a escrivania procedesse as diligências consistentes na afixação na porta do estabelecimento comercial cópia da sentença que decreta a falência da empresa e, ainda, a publicação em edital da referida decisão. Diante disso, fora expedido edital de falência em 25/11/1998, oportunidade na qual, iniciou-se o prazo de 20 dias para que os credores habilitassem seus créditos junto aos presentes Autos, contados da data da publicação do edital em comento na imprensa Oficial (mov. 1.18) pela empresa Requerente. Ademais, fora oficiado a Junta Comercial (mov. 1.22) sobre a decretação da falência da empresa CDS - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., para que fizesse constar em seu registro, referida informação.

Compulsando os autos, verificou-se ainda algumas movimentações relevantes e que merecem apontamento. Em que pese tenha havido a expedição de edital de falência da massa falida anteriormente, não houve sua devida publicação em imprensa local, razão pela qual, para o adequado prosseguimento do feito, fora expedido novo edital de falência (mov. 1.50), publicado no Diário de Justiça na data de 06/06/2001 (mov. 1.54), com o objetivo de intimação dos credores, para que habilitassem seus créditos nos Autos de falência, bem como, para intimação da representante legal da empresa falida, para que apresentasse a relação nominal de credores no prazo de 02 horas, prazo este, que decorreu sem qualquer manifestação da parte. Não obstante, trouxe o referido Síndico aos Autos, rol de credores da massa falida (mov. 1.58) e, ainda, requereu a expedição de ofício à Delegacia da Receita Estadual (1.61), para que apresentasse relatório atualizado de débitos fiscais da Falida, sendo tal diligência cumprida ao mov. 1.62, trazendo a informação do montante atualizado do débito fiscal da Falida.

Quanto ao ativo, consta nos autos a arrecadação dos bens da massa falida pelo síndico, ao mov. 1.71, sendo elencados ao petitório, todos os bens registrados sob sua propriedade, quais sejam: a) Data de terras nº 05, quadra nº 01, situada no Vila Ipiranga, matriculado sob o nº 27.700, do Registro do 1º Ofício de Maringá – PR, que se encontrava locado para a empresa “Casa de Carnes Miquelin”; b) Sala nº 62, situada no Condomínio das Indústrias do Vestuário de Maringá – VEST SUL, matriculado sob o nº 28.182, do Registro do 2º Ofício de Maringá – PR, que se encontrava locado para empresa “C. Rodrigues Gimenes”.



Neste interim, insta salientar que não foram encontrados documentos e livros contábeis da empresa falida, visto que os sócios jamais os trouxeram à Juízo. Ademais, fora oficiada a JUSCEPAR para que trouxesse ao Autos, certidão simplificada que contivesse a informação de abertura de novas empresas em nome dos sócios da empresa falida, inclusive do sócio retirante. Por oportuno, salienta-se que em 01/02/1997, ou seja, menos de 06 meses antecedentes à distribuição destes Autos Falimentar, o Sr. Mario Tsutsui, inscrito no CPF sob o nº 236.234.709-53, retirou-se da sociedade, entrando em seu lugar, o Sr. Hiran Henrique Tsutsui, que à época, ainda era menor de idade, sendo, portanto, representado por sua genitora, que também figurava o quadro societário da empresa, Sra. Claudete Dias da Silva.

Em resposta à determinação judicial, ao mov. 1.84, o Sr. Diretor da JUSCEPAR trouxe ao Autos apenas cópia do Contrato Social da empresa falida, bem como suas alterações, **não esclarecendo a existência ou não de registro de outras empresas, abertas em nome dos referidos sócios, inclusive, do sócio retirante, Sr. Mario Tsutsui.**

Noutro norte, ante a arrecadação dos referidos imóveis, fora expedido mandado de constatação e imissão de posse em favor do síndico da massa falida (mov. 1.112), bem como, intimação dos locatários dos imóveis supracitados, para que depositassem em Juízo os valores referentes a alugueis dos imóveis. Na ocasião, constatou-se que os imóveis estavam alugados à época pelos valores de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) – matrícula 27.700 - conforme auto de constatação de mov. 1.112 e R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) – matrícula nº 28.182 – conforme contrato de locação colacionado aos Autos ao mov. 1.110.

Em cumprimento à determinação do r. Magistrado, a empresa C. RODRIGUES GIMENES CONFECÇÕES – ME (locatária do imóvel de matrícula nº 28.182), realizou depósitos em conta judicial nº 2000133677539, no Banco do Brasil, vinculada a estes Autos (mov. 1.111) sendo a primeira realizada em 30/04/2007, no valor de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), e as demais que constam nos autos foram informadas nos movs. 1.113, 1.116, 1.118, 1.119, 1.120 e 1.122.

Essa é a breve síntese do necessário.



2. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Após a análise do feito falimentar, verifica-se que não há explanação ou manifestação da falida, em momento algum, sobre as causas que a levaram ao estado falimentar, bem como não foram apresentados pela falida seus livros contábeis.

Desta feita, o que se pode extrair pelas manifestações dos administradores judiciais anteriores, bem como por tudo que consta nos autos de falência, é que a empresa não possuía condições financeiras para arcar com seus compromissos assumidos, não pagando, sem relevante razão de direito, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados.

3. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

ANTES da sentença de falência, a devedora foi devidamente citada em 22/09/1997, por meio de sua representante legal, Sra. CLAUDETE DIAS DA SILVA, CPF nº 327.281.749-20 (seq. 1.8), porém deixou escoar o prazo legal sem manifestar-se nos autos (seq. 1.12), não elidindo a falência e nem mesmo contestando o presente feito. Insta salientar que fora oficiada a JUSCEPAR para que trouxesse ao Autos, certidão simplificada que contivesse a informação de abertura de novas empresas em nome dos sócios da empresa falida, inclusive do sócio retirante. Por oportuno, em 01/02/1997, ou seja, menos de 06 meses antecedentes à distribuição desta Ação de Falência, o Sr. Mario Tsutsui, inscrito no CPF sob o nº 236.234.709-53, retirou-se da sociedade, entrando em seu lugar, o Sr. Hiran Henrique Tsutsui, que à época, ainda era menor de idade, sendo, portanto, representado por sua genitora, que também figurava o quadro societário da empresa, Sra. Claudete Dias da Silva.

APÓS a sentença de falência, a empresa falida jamais se manifestou nos Autos, mesmo tendo sido sua representante legal intimada para realizar diversos atos, deixando todos seus prazos transcorrerem sem cumprimento ou manifestação. Assim, verifica-se a completa inércia da falida em todo o processo falimentar. Neste interim, insta salientar que não foram encontrados documentos e livros contábeis da empresa falida, visto que os sócios jamais os trouxeram à Juízo.



4. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Inicialmente, na sentença de mov. 1.16, foi nomeada como síndico da massa falida, a ora Requerente, Nicoletti Indústria Textil S.A., tendo a mesma declinado do encargo em 30/11/1998, conforme petição de mov. 1.19.

Em 25/06/1999, foi nomeado novo síndico, o credor Vital Prediali, pelo despacho de mov. 1.33, tendo sido assinado o termo de compromisso em 09/12/1999 (mov. 1.39). Em 11/05/2000 houve manifestação do síndico (mov. 1.43), requerendo diversas diligências, além de enfatizar a substituição de um sócio da empresa falida, quando a mesma já se encontrava em estado de insolvência, e dentro do termo legal fixado pelo MM. Magistrado, razão pela qual, implicaria na abertura de Inquérito Policial para apuração de eventuais crimes falimentares cometidos pelos sócios, inclusive o sócio retirante. Ademais, referido síndico ainda apresentou rol de credores (mov. 1.58), bem como, arrecadou os bens da massa falida (mov. 1.71), sendo destituído pelo MM. Magistrado ao despacho de mov. 1.94, em 18/07/2006.

Na mesma oportunidade, houve a nomeação da nova síndica, a Dra. Katia Elaine Doy Itami, advogada, inscrita na OAB/PR sob o nº 23.604, sendo seu termo de compromisso devidamente assinado em 04/10/2006 (mov. 1.99). Diante disso, em favor da nova síndica nomeada, Dra. Katia, fora expedido mandado de imissão de posse do único imóvel da massa falida, já arrecadado anteriormente, razão pela qual, requereu o praxeamento do bem, para pagamento de credores (mov. 1.124). No entanto, em 10/10/2008, ao mov. 1.126, a síndica em comento, fora substituída, novamente pelo credor Vital Prediali. Tal despacho foi revogado ao despacho de mov. 1.135, havendo a substituição do então síndico.

No mesmo ato, foi nomeando como síndico substituto o Dr. José Carlos Christiano Filho, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 40.392, sendo seu termo de compromisso assinado ao mov. 1.138. Com o intuito de dar prosseguimento feito, o novo síndico reiterou o requerimento de leilão do bem disponível da massa falida, qual seja, o matriculado sob o nº 28.182 (movs. 1.139 e 1.152), o que foi deferido posteriormente pelo MM. Magistrado. Posteriormente, em 13/06/2017, ao petição de mov. 38.1, o síndico José Carlos, requereu sua destituição do cargo, tendo em vista o grande acúmulo de trabalho que detinha.

Assim, na decisão de mov. 46.1, fora nomeado o presente peticionante, Dr. Marcio Roberto Marques, advogado, devidamente inscrito no OAB/PR 65.066, como Administrador Judicial da massa falida, tendo aceito o honroso cargo, conforme manifestação de mov. 53.1, sendo seu respectivo termo de compromisso assinado em 22/01/2018 (mov. 54.1). Ato contínuo, requereu:



- a) A expedição de ofícios às instituições financeiras para que apresentassem extratos atualizados das contas bancárias judiciais vinculadas aos Autos (mov. 63.1). A resposta ocorreu no mov. 64 dos Autos;
- b) A dilação de prazo para mais 40 (quarenta) dias, para apresentação de Relatório Circunstanciado previsto pelo art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005, tendo em vista a complexidade e extensão dos Autos em apreço, buscando a realização de análise pormenorizada e qualificada de todo o nele contido.

Ato contínuo, este administrador judicial promoveu diversas diligências visando o saneamento dos pontos pendentes e que careciam de esclarecimentos, para o processo volte ao seu tramite regular, o que formaliza por meio da apresentação do presente relatório.

5. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECAÇÃO

Quanto ao **ATIVO**, compulsando os autos, foi constatada a arrecadação dos seguintes bens em favor da Massa Falida:

a) IMÓVEL MATRÍCULA Nº 27.700 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1º OFÍCIO DE MARINGÁ / PR

Verificou-se a arrecadação do imóvel matriculado sob o nº 27.700, localizado na Rua Mitsuzo Taguchi, 1050, Vila Ipiranga, na cidade de Maringá – PR. Contudo, tal imóvel fora objeto de Embargos de Terceiro, proposto por Neiva Martins e julgado totalmente procedente, confirmando assim, a propriedade da Embargante sob referido imóvel, razão pela qual, a arrecadação realizada anteriormente do imóvel, foi revogada (mov. 1.157).

b) IMÓVEL MATRÍCULA Nº 28.182 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO 2º OFÍCIO DE MARINGÁ / PR

Ocorreu a arrecadação da sala comercial de nº 62, situada no Condomínio das Indústrias do Vestuário de Maringá – VEST SUL, matriculado sob o nº 28.182, do Registro do 2º Ofício de Maringá – PR, no qual já fora realizada avaliação pelo Sr. Oficial de Justiça, na data de 13/03/2013, pelo valor à época de R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais). No entanto, cumpre informar que o referido imóvel foi objeto de Embargos de Terceiro, autuado sob o nº 261/2000, cuja sentença ainda pende de trânsito em julgado, conforme será minuciosamente exposto no item 5.1 infra.



c) DAS CONTAS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

O imóvel arrecadado denominado de sala nº 62, situada no Condomínio das Indústrias do Vestuário de Maringá – VEST SUL, matriculado sob o nº 28.182, do Registro do 2º Ofício de Maringá – PR, foi alugado pelo **Sr. José Carlos Trevisan e Sra. Tânia Trevisan** (embargantes) à empresa **C. Rodrigues Gimeses – Confecções - Me**, pelo valor mensal de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), conforme pode-se evidenciar pelo Contrato de Locação, datado de 22/08/2006 (mov. 1.110). Após sua intimação em data de 19/04/2007 (mov. 1.112 – fls. 291), a referida empresa locatária passou a realizar o pagamento das mensalidades de aluguel através de depósitos judiciais em conta judicial vinculada aos autos, qual seja, no **Banco do Brasil S.A., Agência 352-2, Conta Judicial nº 2.000.133.677.539**.

Diante deste contexto, este Administrador Judicial diligenciou junto ao Banco do Brasil S.A., a fim de obter extrato da conta judicial supramencionada, visando a verificação das datas exatas em que ocorreram os depósitos judiciais, bem como a identificação dos meses de competência aos quais se referiam tais valores. Assim, apresenta-se a apuração dos valores de aluguéis que foram efetivamente depositados em conta judicial pela empresa C. Rodrigues Gimeses – Confecções - Me, bem como os meses de competência aos quais se referiram os depósitos, conforme segue:

DÉBITOS DE ALUGUEL					DEPÓSITOS JUDICIAIS				
COMPETÊNCIA	VENCIMENTO	VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO	RESPONSÁVEL PELO DEPÓSITO EM JUÍZO	BANCO	AGÊNCIA	CONTA JUDICIAL	DATA DO DEPÓSITO	VALOR DO DEPÓSITO
04 / 2007	01/05/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/04/2007	1.700,00
05 / 2007	01/06/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/05/2007	1.700,00
06 / 2007	01/07/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/07/2007	1.700,00
07 / 2007	01/08/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/07/2007	1.700,00
08 / 2007	01/09/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	03/09/2007	1.700,00
09 / 2007	01/10/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	01/10/2007	1.700,00
10 / 2007	01/11/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	31/10/2007	1.700,00
11 / 2007	01/12/2007	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/11/2007	1.700,00
12 / 2007	01/01/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimeses - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	28/12/2007	1.700,00



01 / 2008	01/02/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	31/01/2008	1.700,00
02 / 2008	01/03/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	29/02/2008	1.700,00
03 / 2008	01/04/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	31/03/2008	1.700,00
04 / 2008	01/05/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/05/2008	1.700,00
05 / 2008	01/06/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/06/2008	1.700,00
06 / 2008	01/07/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	01/07/2008	1.700,00
07 / 2008	01/08/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	31/07/2008	1.700,00
08 / 2008	01/09/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/09/2008	1.700,00
09 / 2008	01/10/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	01/10/2008	1.700,00
10 / 2008	01/11/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/10/2008	1.700,00
11 / 2008	01/12/2008	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/12/2008	1.700,00
12 / 2008	01/01/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	30/12/2008	1.700,00
01 / 2009	01/02/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	05/02/2009	1.700,00
02 / 2009	01/03/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	05/03/2009	1.700,00
03 / 2009	01/04/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/04/2009	1.700,00
04 / 2009	01/05/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	05/05/2009	1.700,00
05 / 2009	01/06/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	03/06/2009	1.700,00
06 / 2009	01/07/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	01/07/2009	1.700,00
07 / 2009	01/08/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	03/08/2009	1.700,00
08 / 2009	01/09/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	04/09/2009	1.700,00
09 / 2009	01/10/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	05/10/2009	1.700,00
10 / 2009	01/11/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	06/11/2009	1.700,00
11 / 2009	01/12/2009	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	02/12/2009	1.700,00
12 / 2009	01/01/2010	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	18/01/2010	1.700,00
01 / 2010	01/02/2010	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	15/06/2010	1.700,00
02 / 2010	01/03/2010	1.700,00	Massa Falida	C. Rodrigues Gimenes - Confecções - Me	Banco do Brasil	352-2	2.000.133.677.539	14/09/2010	1.700,00
TOTAL DO CONTRATO		59.500,00							59.500,00

Fonte: Aditivo Contratual ao Contrato de Locação do Imóvel e Extrato da Conta de Depósitos Judiciais do Banco do Brasil emitido em 19/09/2018



Desta forma, conclui-se que a empresa locatária C. Rodrigues Gimeses – Confecções - Me promoveu depósitos em conta judicial dos valores referentes a locação do imóvel em comento, **durante o período de competência compreendido entre os meses 04/2007 a 02/2010**. Após esse período não foi constatado a existência de depósitos em contas judiciais vinculadas a este processo, pertinentes a aluguéis do referido imóvel.

Nesse sentido, evidencie-se que o **imóvel de matrícula nº 28.182, encontra-se ocupado, sem o devido depósito em juízo dos valores pertinentes a locação desde o mês 03/2010**. Não obstante, conforme auto de avaliação realizado em 13/03/2013 (mov. 1.152 – fls. 397), fora constato que a ocupante do imóvel era a empresa **Camisaria Grima – razão social E. TREVISAN CONFECÇÕES ME** –, inscrita no CNPJ sob o nº 75.799.361/0001-49.

Em razão disso, faz-se necessário a intimação da empresa **E. TREVISAN CONFECÇÕES ME** para a apresentação do contrato de locação, bem como, a intimação do **Condomínio das Indústrias do Vestuário de Maringá – VEST SUL**, para que colacione aos autos cópia de todos os contratos de locações da sala 62, localizada nas dependências do VEST SUL, celebrados entre a data de 03/2010 até o presente momento.

Quanto aos aluguéis efetivamente liquidados, informe-se que os depósitos judiciais eram realizados inicialmente no Banco do Brasil S.A., sendo que em data de **11/09/2012** foram transferidos todos os valores para 02 (duas) contas judiciais vinculadas a estes Autos, ambas na **Caixa Econômica Federal**, sendo a primeira na **Agência 2499, Conta 1533185-6, na qual encontra-se depositado o valor de R\$ 116.129,73 (cento e dezesseis mil, cento e vinte e nove reais e setenta e três centavos)** e a segunda na **Agência 2499, Conta 01644271-6, com valor depositado de R\$ 11.178,60 (onze mil cento e setenta e oito reais e sessenta centavos)**, atualizadas em **14/04/2018**.

5.1 DOS ATOS JURÍDICOS SUSCETÍVEIS DE REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO

As sindicâncias realizadas pelos administradores judiciais anteriores, possibilitaram a arrecadação determinados bens, que por sua vez, encontravam-se envolvidos em negócios jurídicos ou atos passíveis de revogação. Assim, diante da arrecadação realizadas nos imóveis mencionados nos itens “a” e “b” do item 5 supra, ocorreram a interposição de Embargos de Terceiro, conforme apresentaremos de maneira detalhada a seguir:



a) EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 467/2007 - IMÓVEL MATRÍCULA Nº 27.700 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1º OFÍCIO DE MARINGÁ / PR

Quanto imóvel de matrícula nº 27.700, fora objeto de Embargos de Terceiro proposto por Neiva Martins, autuado sob o nº 467/2007, no qual fora julgado PROCEDENTE, no sentido de confirmar sua propriedade sob o bem, com a consequente revogação da arrecadação do imóvel, bem como, a devolução de eventuais valores depositados nos autos referente à aluguéis do mesmo (mov. 1.157), o que inexistiu, visto que o locatário do mesmo (Casa de Carnes Miquelim) nunca realizou depósitos judiciais referentes à alugueis nestes Autos.

Ante o exposto, verifica-se que o imóvel em pauta já não mais pertence a massa falida, eis que contrato jurídico de compra e venda do imóvel entabulado com os Embargantes, fora considerado válido/ratificado pelo Magistrado, nos autos de Embargos de Terceiro.

b) EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 261/2000 - IMÓVEL MATRÍCULA Nº 28.182 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DO 2º OFÍCIO DE MARINGÁ / PR

Em relação ao imóvel matriculado sob o nº 28.182, também fora objeto de Embargos de Terceiro, proposto por José Carlos Trevisan e Tânia Maria Trevisan, autuado sob o nº 261/2000, o qual fora julgado totalmente IMPROCEDENTE, motivo pelo qual foi interposto recurso de Apelação pelos ora embargantes, autuado sob o nº 1192171-2, que por sua vez, fora negado provimento pelos Desembargadores da 16ª Câmara Cível.

Frente ao acórdão proferido pela Colenda Câmara, fora interposto Recurso Especial pelos embargantes, que da mesma forma, foi negado seguimento pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Por esta razão, mais um recurso foi manejado, qual seja, Agravo em Recurso Especial, autuado sob o nº 1192171-2/02, o qual detém a finalidade de dar prosseguimento ao recurso de origem, e ainda pende de julgamento, conforme consulta processual realizado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Face a todo o exposto, tendo em vista a total IMPROCEDÊNCIA dos referidos Embargos de Terceiro, que detinha como objeto da lide o imóvel de matrícula nº 28.182, o novo síndico nomeado, Sr. José Carlos Christiano Filho, requereu a realização de avaliação e leilão do bem (mov. 1.139 e 1.151).



Não obstante, em atendimento ao requerimento retro do ora síndico da massa falida, o Magistrado deferiu o pedido formulado e determinou a realização da avaliação do imóvel (mov. 1.148), expedindo mandado de avaliação e intimação ao mov. 1.152, no qual foi devidamente cumprido pelo Sr. Oficial de Justiça, que por sua vez avaliou o imóvel à época em R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) – conforme laudo de avaliação. No entanto, o juízo condicionou a realização do leilão ao trânsito em julgado dos Embargos de Terceiro nº 261/2000, conforme decisão de mov. 1.156.

Diante do contexto, este administrador judicial diligenciou junto ao Registro de Imóveis do 2º Ofício de Maringá/PR, no sentido de requerer a cópia atualizada da matrícula do imóvel. Neste ato constatou-se que, NÃO CONSTA NENHUM CONSTRUIÇÃO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL, seja referente ao AUTO DE ARRECADAÇÃO, ou mesmo da existência de um litígio consubstanciado nos autos de EMBARGOS DE TERCEIRO.

Desta feita, no entendimento deste administrador judicial, o Registro de Imóveis do 2º Ofício de Maringá/PR dever ser oficiado com a máxima urgência, para que proceda à averbação na matrícula de nº 28.182, informando a arrecadação do referido bem nestes autos de falência, ou subsidiariamente, quanto a existência de pendência judicial consubstanciada nos Embargos de Terceiro autuado sob o nº 261/2000, evitando assim qualquer alienação ou expropriação indevida do referido imóvel enquanto aguarda-se o trânsito em julgado da sentença dos referidos embargos.

6. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

No que tange a realização do ATIVO da massa falida, o art. 139, da Lei 11.101/2005, prevê sua ocorrência logo após a arrecadação dos bens. No entanto, em que pese tal disposição legal, ainda não foi realizado o ativo arrecadado representado pelo imóvel de matrícula nº 28.182, em razão da propositura dos Embargos de Terceiro, autuado sob o nº 261/2000, que ainda não transitou em julgado. Desta feita, nos termos da decisão de mov. 1.156, deve-se aguardar pela ocorrência de tal fato, para que se possa proceder a realização deste ativo, por meio de leilão, em sendo esta medida necessária.

Não obstante, quanto aos valores depositados nas contas judiciais, no mesmo sentido, também ainda não podem ser utilizados para pagamento dos credores, visto que advém dos aluguéis do imóvel mencionado alhures (matrícula nº 28.182), razão pela qual, também deve-se aguardar o trânsito em julgado dos referidos Embargos de Terceiro.



À vista do exposto, diante da decisão prolatada pelo Magistrado ao mov. 1.156, a realização de TODO o ativo da Massa Falida, ficou condicionada ao trânsito em julgado dos Embargos de Terceiro autuado sob o nº 261/2000, vez que possui como objeto da lide o único imóvel efetivamente arrecado nestes autos falimentares.

7. DO VALOR DO PASSIVO (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)

Quanto ao **PASSIVO** da falida, constata-se que até o presente momento não houve a apresentação da Relação Nominal dos Credores pela falida, indicando o endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos. Assim, tendo em vista a não apresentação da relação nominal de credores pela falida, e pela falta dos livros contábeis da empresa, somente resta a este administrador judicial relacionar os créditos apresentados nos autos pelos credores, bem como o rol de credores apresentado pelo ex síndico da massa falida ao mov. 1.58. Nesse sentido, ainda que em caráter precário, apresenta-se a relação de credores da Massa Falida dos presentes autos:

CREDOR	NATUREZA	CLASSIFICAÇÃO	VALOR INFORMADO
Caixa Econômica Federal (mov. 29.1)	FGTS	Crédito Tributário	R\$ 1.349,00
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (mov. 1.114)	Tributária	Crédito Tributário	R\$ 25.268,40
Fazenda Pública do Estado do Paraná (mov. 1.62)	Tributária	Crédito Tributário	R\$ 20.493,65
Nicoletti Ind. Têxtil S.A. (mov. 1.1)	Fornecimento	Crédito Quirografário	R\$ 12.526,29
Vital Pedriali (mov. 1.30)	Fornecimento	Crédito Quirografário	R\$ 29.167,00
TOTAL			R\$ 88.804,34

Destarte, o passivo da falida alcança, aproximadamente, nesta oportunidade, a cifra de R\$ 88.804,34 (oitenta e oito mil oitocentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), conforme apura-se do Quadro Geral de Credores levantado com base nas informações constantes dos autos, que deverá ser publicado em Edital, nos termos do artigo 99, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005.



8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como em consultas realizadas no Projudi e Justiça Federal da 4ª Região, foram constatadas as seguintes ações em andamento:

Tipo de Processo	Nº de Processo	Vara	Comarca	Autor	Réu
Ação Declaratória de Inexistência de Obrigação Cambial c/c Cancelamento de Protesto e Perdas e Danos	876/1999	Foro distrital de Paranapanema	Avaré – SP	Maria Domingues Stadelmann – ME	CDS Ind. e Com. de Confecções Ltda.
Execução Fiscal	066/1998	2ª Vara Cível	Maringá	Fazenda Pública do Estado do Paraná	CDS Ind. e Com. de Confecções Ltda.
Execução Fiscal	0151/1998	4ª Vara Cível	Maringá	Fazenda Pública do Estado do Paraná	CDS Ind. e Com. de Confecções Ltda.
Execução Fiscal	2000.70.03.00362 5-4	Vara Federal de Execuções Fiscais	Subseção de Maringá	Caixa Econômica Federal	CDS Ind. e Com. de Confecções Ltda.
Execução de Título Extrajudicial	551/1997	3º Vara Cível	Maringá	Vital Prediali	CDS Ind. e Com. de Confecções Ltda.

Cumpre informar que tal relação teve como base consultas realizadas por este administrador judicial no sistema Projudi e Justiça Federal da 4ª Região, nos quais constam apenas registrados os referidos processos eletrônicos, bem como apenas os processos físicos que foram anunciados nos presentes autos. Portanto, considere-se que ainda podem existir processos desconhecidas por este juízo.

9. DA RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS SÓCIOS

Em tempo, insta salientar a necessária extensão dos efeitos da falência ao sócio retirante da empresa, Sr. Mario Tsutsui, que foi substituído pelo Sr. Hiran Henrique Tsutsui, no momento em que a empresa já se encontrada em estado de insolvência, visto que tal fato se deu em 01/02/1997, ou seja, 06 meses antes do pedido de falência, que ocorreu na data de 11/08/1997.



Sobre o assunto, enuncia o art. 1.003, parágrafo único do Código Civil, in verbis:

Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

Diante disso, considerando que a averbação de sua retirada se deu em 01/02/1997, e o pedido de falência se deu em 11/08/1997, ou seja, dentro do prazo de 02 (dois) previsto pela legislação cível, devem os efeitos da falência, se estenderem ao sócio retirante, Sr. Mario Tsutsui.

A jurisprudência pátria é uníssona em seus entendimentos, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO EMPRESARIAL. FA- LÊNCIA.AÇÃO AJUIZADA NO ANO DE 1999. SENTENÇA QUE DECRETOU A QUEBRA DA SOCIEDADE EM AGOSTO DE 2000. INCIDÊNCIA DO DECRETO Nº 7.661/45. INTELIGÊNCIA DO ART. 192 DA LEI 11.101/2005.DIREITO DE RECESSO DO SÓCIO. **ADMINISTRADORA QUE SE DESLIGOU DA EMPRESA POUCOS MESES ANTES DE DECLARADA A SUA FALÊNCIA. ART. 5º PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI DE REGÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EX- SÓCIA. PERMANECE O SÓCIO RETIRANTE RESPONSÁVEL PELAS OBRIGAÇÕES EXISTENTES À ÉPOCA DA AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO SOCIAL PELO PRAZO DE DOIS ANOS.EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA. SÓCIA QUE NÃO FAZ PARTE DOS QUADROS SOCIAIS.** POSSIBILIDADE.PROCESSO QUE SE ARRASTA POR MAIS DE 14 ANOS. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO § 1º DO ART. 132 DO REVOGADO DECRETO. INOCORRÊNCIA. PRAZO FLEXÍVEL ANTE À COMPLEXIDADE DA CAUSA.**O desligamento do sócio não o torna isento de sofrer os efeitos jurídicos advindos da decretação da falência, prevelacendo, para o caso, o disposto no art. 5º. parágrafo único do Decreto 7.661/45. Na hipótese, ausente qualquer óbice à inclusão da agravante no polo passivo do processo de falência, dada a sua indiscutível responsabilidade pelas obrigações assumidas pela empresa. Isto pois, apesar de não mais fazer parte dos quadros societários desde 1999, não foi constatado, entre o seu desligamento**



e a decretação da quebra, o transcurso do prazo legalmente estipulado. A prorrogação do procedimento para além dos dois anos estipulados pelo § 1º do art. 132, no caso, justifica-se pela complexidade e embaraços dele naturalmente advindos.

Este fato, de maneira alguma serve de amparo para a pretensão da recorrente, que somente se verá livre dos efeitos indesejados com o seu regular encerramento, em paridade com os demais sócios. Agravo de instrumento não provido. (TJPR - 18ª C. Cível - AI - 1389303-3 - Curitiba - Rel.: Pericles Bellusci de Batista Pereira - Unânime - - J. 11.11.2015).

E mais:

APELAÇÃO CÍVEL. MONITÓRIA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO E ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. DÍVIDA CONTRAÍDA PELA PESSOA JURÍDICA EM PERÍODO ANTERIOR À RETIRADA DO EX-SÓCIO DA SOCIEDADE. LEGITIMIDADE PASSIVA. O sócio retirante se mantém responsável pelas obrigações já existentes quando de sua retirada, de forma solidária, durante os dois anos subsequentes à averbação do ato de retirada (artigos 1.003 e 1.032 Código Civil). Na hipótese, a retirada se deu em 30/09/2008, data em que a dívida já existia e remontava a R\$ 81.101,45, havendo o contrato em questão sido firmado em 28/04/2008 e a presente ação, ajuizada em 26/07/2010, portanto, dentro do biênio legal. NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO ART. 557 DO CPC. (TJ-RJ - APL: 02395359520108190001 RJ 0239535-95.2010.8.19.0001, Relator: DES. JORGE LUIZ HABIB, Data de Julgamento: 19/08/2013, DÉCIMA OITAVA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 13/09/2013 17:03)

Sendo assim, diante das dívidas contraídas à época em que o sócio retirante ainda integrado o quadro social da empresa, incontestável é sua responsabilidade por tais dívidas pelo prazo de 02 (dois) anos, requisito este que também foi cumprido, tendo em vista que a ação falimentar foi proposta apenas 06 (seis) meses após a referida retirada.

Por todo o exposto, requer a declaração da extensão dos efeitos falimentares ao ex-sócio, Sr. Mario Tsutusui, para que, em sede eventual, se torne parte legítima para responsabilização por todos as obrigações empresariais.



10. CONCLUSÃO - EXISTÊNCIA DE BENS DA MASSA FALIDA – LEILÃO CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO POR DECISÃO DO JUÍZO

Compulsando os Autos, verifica-se que a massa falida possui como ATIVO arrecadado, o imóvel de matrícula nº 28.182 do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Maringá/PR, avaliado anteriormente em R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais), bem como, duas contas judiciais em que contém depósitos no montante total de R\$ 127.308,33 (cento e vinte e sete mil trezentos e oito reais e trinta e três centavos).

Ademais, referido imóvel era locado à uma empresa terceira que, por sua vez, fora intimada para realizar depósitos em contas vinculadas ao processo, referente aos alugueres mensais, o que não foi atendido em sua totalidade, tendo em vista que o último depósito realizado foi referente a competência do mês 02/2010. Assim, existem valores de alugueis a receber desde o mês 03/2010 até a presente data, baseado nas diligências realizadas por este administrador judicial.

Desta forma, faz-se necessário a apuração dos valores devidos à massa falida pela empresa locatária **C. Rodrigues Gimenes Confecções – ME**, tendo em vista que não se tem a informação referente a sua data de saída do imóvel, bem como se houve rescisão do contrato de locação. A empresa locatária tão somente deixou de realizar os depósitos judiciais e apresentar os comprovantes nos autos.

Noutro norte, conforme já explicitado, o MM. Magistrado determinou o leilão do imóvel arrecadado, condicionado ao trânsito em julgado da sentença de improcedência dos Autos de Embargos de Terceiro (mov. 1.156). Sendo assim, deve-se aguardar o retorno dos Autos do Tribunal de Justiça, no qual pende de julgamento o Agravo em Recurso Especial, para que após, seja realizado o leilão do bem, liquidando assim, todos o ativo da massa falida para pagamento de seus credores.

11. DA FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL

O artigo 24 da Lei 11.101/2005 estabelece a forma de remuneração do administrador judicial, tendo por critério o valor da venda dos bens na falência. Considerando-se a evidência sobre a existência de bens pertencentes a massa falida, faz-se necessária a fixação dos honorários deste administrador judicial.



Assim, requer a V. Excelência que digne-se em arbitrar os honorários a serem pagos a este administrador judicial, nos termos legais, preferencialmente e se assim for o vosso entendimento, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da realização dos ativos.

Por fim, este administrador judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 28 de setembro de 2018.

MARCIO ROBERTO MARQUES

ADMINISTRADOR JUDICIAL

OAB/PR - nº 65.066

